

CICLOS ECONÔMICOS E CONFLITOS SOCIAIS (METODOLOGIA PARA A PESQUISA HISTÓRICA)

Lincoln Secco

Fernando Sarti Ferreira

Os historiadores observaram com muita frequência uma correlação entre as crises políticas da América Latina e as mudanças nos ciclos das commodities produzidas por suas economias periféricas e exportadoras.

Na literatura de História econômica¹ os ciclos de Kondratiev foram os mais influentes por um largo período. Mas antes deles, as análises históricas se concentravam nos ciclos mais curtos como os de Marx e Juglar. Neles, a economia avança em ciclos curtos de 5 a 7 anos que alternam momentos de expansão dos investimentos ou de depressão quando há queda da taxa de lucro, as oportunidades de inversão diminuem e um capital adicional gerado pela acumulação anterior não encontra mais possibilidades de investimento à mesma taxa de lucro passada. As sucessivas sobras de caixa e a busca de novos ramos de investimento podem provocar as revoluções tecnológicas que marcam as mudanças de ciclos mais longos, os de Kondratiev: “*A repetição cíclica de períodos de subinvestimento preenche a função de liberar o capital necessário para essa modalidade de revolução tecnológica (...)*”. Assim, ocorre renovação de capital fixo (investido em maquinaria), aumento da produtividade do trabalho e da exploração mais intensificada da classe trabalhadora. Abre-se, por outro lado, a possibilidade de luta pela redução da jornada de trabalho.

Pode haver ainda deslocamento geográfico de capitais excedentes em busca de novas fronteiras de acumulação e da força de trabalho, “desemprego tecnológico” (na verdade ele é social) e mudança do padrão de organização fabril. Tudo isso afeta a classe operária, suas organizações sindicais e partidárias.

¹ Estey, J. A. *Tratado sobre los ciclos económicos*. México: Fondo de cultura económica, 1960, p.25.

Gramsci intuiu que uma fase expansiva do capital podia se valer da incorporação das novas formas de organização autônoma criadas pelos próprios trabalhadores depois da experiência dos comitês de fábrica de Turim (o biênio vermelho de 1919-1920). Gramsci, por um lado, mostrou que a burguesia iniciou uma recuperação ao propor uma forma de gerenciamento e disciplina da empresa: o fordismo. E isso se espalhou pela sociedade (americanismo). Mas ele não se perguntou se o conselho de fábrica poderia ser distorcido pela empresa capitalista na forma de ilhas de produção geridas por trabalhadores transformados em “colaboradores” do capital.

Os anarquistas perceberam o problema. A *Unione Sindacale Italiana* em seu congresso realizado em Parma em dezembro de 1918 afirmou: "Os conselhos de fábrica poderiam degenerar em simples comissões internas para velar pelo bom funcionamento da oficina, pelo incremento de uma forma burguesa de produção para resolver as diferenças internas, etc". A *União Anarquista Italiana* em seu congresso de julho de 1920 em Bolonha aprovou a seguinte resolução: "O congresso, considerando que os conselhos de fábrica e de seção tem importância crucial na medida em que se prevê uma revolução em um futuro próximo, podendo ser então organismos técnicos para a expropriação e para a continuação imediata da produção considera, porém, que ao continuar existindo dentro da atual sociedade, eles sofrerão a influência moderadora e acomodadora desta última".

João Bernardo, mais recentemente mostrou que os ciclos econômicos de Juglar ou mesmo de Kondratiev implicam uma fase de recuperação, apropriação, subordinação e distorção das formas autônomas do operariado. Mas cabe acentuar que isso está estreitamente ligado às revoluções tecnológicas. Na II Revolução Industrial, houve a assimilação da forma do partido, do exército revolucionário e (como acentua João Bernardo) do sindicalismo burocratizado: formas hierárquicas e com a consciência “trazida de fora” por intelectuais².

2 João Bernardo, *Economia dos Conflitos Sociais*, São Paulo, Expressão Popular, 2009, p.461.

Embora saibamos que Lenin foi um crítico do taylorismo antes da Revolução de 1917³ e que modificou posteriormente sua posição, pode-se afirmar que ele já antecipava na forma de organização de seu partido princípios de eficiência depois consolidados na organização do Estado Soviético. A eficiência havia se transformado em ideologia e aparecia no correio prussiano que Lênin evocou em seu livro *Estado e a Revolução* tanto quanto nos manuais de administração de empresas. Henri Fayol (1841-1925) defendeu em 1916 os princípios de uma gerência científica em que a unidade de comando (obedecer a uma só pessoa) e de direção (seguir um programa) poderiam muito bem ter sido derivados (e, decerto, distorcidos) de outra obra de Lenin: *Que Fazer*. Engels em seu artigo “Da Autoridade” já havia naturalizado a hierarquia da fábrica, embora seja um texto marginal. Lenin a exaltou como uma “escola”. Daniel Guèrin acrescentou que a fábrica é uma escola de cooperação, mas também de submissão⁴.

Numa fase de mudança do ciclo Kondratiev numa mesma base tecnológica, como foi a do pós II Guerra, as novas formas não foram assimiladas. Houve um compasso de espera para que os conselhos de fábrica voltassem à vida revolucionária nos anos 1956-1980 até que a III Revolução Industrial (ou informática) fornecesse uma base flexível para incorporar e distorcer as formas conselhistas sob uma superestrutura ideológica neoliberal que difundiu o individualismo empreendedor desde a fábrica para o conjunto da sociedade. Incremento tecnológico e reorganização da gestão das relações sociais de trabalho visam amenizar a queda da taxa de lucro através do aumento da mais valia relativa. Não há nenhuma novidade em afirmar isso.

Logo se vê que as alterações nas relações de produção se espraiam por todas as relações sociais, englobando os serviços, o comércio, o ensino, a família, o sindicato e até a política. Essa dominação que parece absoluta é, que por sua vez, reabre a possibilidade de uma contra-ofensiva por parte de trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais em sua pluralidade.

3 <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1914/mar/13.htm>

4 Marx no capítulo “Divisão do Trabalho e Manufatura” indicou os ganhos de escala permitidos pela adoção da fábrica manufatureira, uso comum de meios de produção e trabalho coletivo. Mas também sugeriu que o comando exercido pelo capitalista não era algo natural ou “técnico”. Vide Stephen Marglin. “Origem e funções do parcelamento de tarefas. Para que servem os patrões?” In André Gorz (org.). *Crítica da Divisão do Trabalho*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp.37-77.

O fato dos ciclos terem sofrido muitas críticas devido às escolhas estatísticas de Kondratiev e de que talvez não sirvam mais para o período da Revolução Informática, não retiram sua importância para o historiador⁵.

As Eras do Capital

Um exemplo de periodização histórica à luz da teoria dos ciclos longos foi Eric Hobsbawm. As suas “eras” podem ser compreendidas a partir de duas linhas de força: a luta de classes e os ciclos do capital. A consciência da classe trabalhadora que lhe importava era aquela empiricamente constatável na ação sindical e dos partidos operários e até na iconografia, na vestimenta e na linguagem. A queda tendencial da taxa de lucro não aparece como pressuposto teórico metodológico, mas emerge de sua análise

Hobsbawm conseguiu montar um panorama do século XIX sem que a luta de classes aparecesse como derivação automática de causas econômicas. Mas ao mesmo tempo sem que ela estivesse separada dos ciclos longos da economia. De certa forma as três eras de Hobsbawm seguem a periodização dos ciclos de Kondratiev. Entre a Revolução Francesa (1789) e a Primavera dos Povos (1848) temos o período da Primeira Revolução Industrial nos transportes ferroviários, por exemplo. A crise de 1848 fecha um ciclo e abre uma era de prosperidade que sustenta o Império de Napoleão III com obras públicas, especulação nas bolsas e uma plethora de capitais após a corrida do ouro na Califórnia. É a fase “A” do segundo Kondratiev e que foi descrita na segunda era de Hobsbawm (“A era do Capital”, 1848-1875).

“A Grande Depressão” de 1873-1875 termina o segundo livro e inicia o terceiro volume da trilogia de Hobsbawm: A Era dos Impérios (1875-1914). Note-se que na primeira periodização (1789-1848) é todo um ciclo longo que preside a história, mas os marcos fundamentais são políticos porque é a Revolução Francesa que domina a cena histórica, embora Hobsbawm nos mostre que há uma dupla revolução: a política e a industrial britânica. Já o segundo volume

5 Kondratiev, N. *As Ondas Longas da Conjuntura*. Trad. Felipe Lacerda. Introd. Lincoln Secco. São Paulo, ComArte - USP, 2018.

abrange os movimentos de conjunto de formação das classes sociais fundamentais e das economias entre 1850 e 1873. Trata, portanto, somente da fase “A” de expansão da economia.

O terceiro volume abrange tanto os anos 1873-1896 que foram de deflação, quanto o início de um novo ciclo longo que inicia a II Revolução Industrial, com o motor a explosão, a Química e o fluxo de lingotes de ouro da Austrália, África do Sul e Canadá.

O período de boom (1850-1873) foi liberal, quebrou barreiras alfandegárias e promoveu uniões monetárias. Mas a ele sobreveio a Grande Depressão e o protecionismo.

Em a “Era dos Extremos” Hobsbawm aceita maiores desafios e lança suas teses mais polêmicas. O eixo do século é a Revolução Russa. Os historiadores questionaram sua vinculação entre a “ameaça” do socialismo real e a adoção do Welfare State - diga-se de passagem, uma tese que fica cada vez mais evidente conforme a Europa assiste, sem mais a sombra dos tanques soviéticos, a destruição do “Estado providência” -, afinal foi a existência de poderosos movimentos operários formados antes da Primeira Guerra que forçou os capitalistas a um pacto social. Isso não foi apenas o produto automático dos trinta anos gloriosos (fase B do III Kondratiev).

Ciclos e Revoltas

O fim daqueles anos de glória do capital levou a economia à incerteza e os movimentos sociais refluíram por longo tempo na Europa. No entanto, depois de um curto período de boom econômico no século XXI, a crise mundial de 2008 abriu uma nova fase de rebeldia política em distintos países. Oriundas de questões locais, as manifestações guardaram um evidente ar de familiaridade. No norte da África, nos Estados Unidos e no sul da Europa os movimentos ocuparam permanentemente praças centrais e provocaram a reação mais ou menos forte de governos estabelecidos.

No Brasil, as Jornadas de Junho abalaram a estrutura política do país depois de um ciclo ascendente de conquistas sociais desde o segundo mandato do Presidente Lula. Embora deflagrado em São Paulo pelo Movimento Passe Livre (MPL) em função da tarifa de transporte público, os motivos foram diversos no país todo.

Houve ocupação de câmaras municipais em Porto Alegre, Belo Horizonte e várias cidades, a indignação com o assassinato do pedreiro Amarildo Dias de Souza no Rio de Janeiro, a defesa do Parque do Cocó em Fortaleza, a ocupação do Cais Estelita no Recife e o movimento Casa no Campus deflagrado por um estudante que se acorrentou em novembro de 2013 na Universidade Federal do Maranhão.

Tudo isso reacendeu o interesse pelos novíssimos movimentos sociais. Mas a retomada não se deu apenas no âmbito da Sociologia ou da História Social do Trabalho. É verdade que há desde Gramsci, passando por Hobsbawm, Thompson e inúmeros historiadores um resgate dos subalternos, da turba, da plebe urbana etc.

Em autores tão diferentes quanto Georges Rudè, Daniel Guèrin e Albert Soboul já havia uma busca pela ação popular na Revolução Francesa. No Brasil, Caio Prado Junior foi o primeiro a dar atenção às rebeliões regenciais como fenômenos coletivos interligados, porém acentuou a falta de uma “direção” e de um “programa”. Clovis Moura ressaltou a inteligência tática das revoltas dos negros no período colonial até o fim do Primeiro Reinado.

Souboul mais tarde no seu livro “Les Sans Culottes” viu na *sansculotterie* o papel contraditório de uma vanguarda política que era ao mesmo tempo uma retaguarda econômica. Já Guèrin em livro generoso, mas um tanto forçado, acreditou na viabilidade de uma federação de comunas dirigida pelos *enragés* das ruas e criou um período curto para sua Revolução Francesa, entre a campanha da descristianização e a Conspiração dos Iguais (1793-1795). Ora, os impasses materiais de uma classe não são indiferentes à sua ação política⁶.

6 Guèrin, em sua obra *La Lutte de classes sous la première République*. (Paris: Gallimard, 1968). Soboul (Albert). *Les sans-culottes parisiens en l'an II. Mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire, 2 juin 1793 - 9 thermidor an II*. Paris, 1960.

Entretanto, as “necessidades” materiais e as possibilidades revolucionárias urbanas se articulam e são manifestadas por diferentes atores sociais. Isso depende da conjuntura. As manifestações são desencadeadas num ambiente em que diversas frações de classe vivem juntas e sentem conjuntamente problemas de transporte, de moradia, lazer, carestia de alimentos ou a violência policial. Uma faísca qualquer desencadeia o protesto se houver uma base material, sem dúvida, e se esta for sentida como injusta.

Só que isso não basta, pois ao sentimento de injustiça é preciso que haja a expectativa de que as coisas mudarão, de que o sacrifício do protesto ou do apoio a ele é menor do que a continuidade da situação vigente e que a curva das condições de vida sofreu uma reversão para baixo – mesmo que relativa - em função do bem estar visível das classes “superiores”.

É bem verdade que há grupos sociais que dirigem os protestos e, em geral, são aqueles que se organizaram antes e contavam com a confiança da população local. Esta direção passa despercebida por aqueles que exigem o tipo de comando político ou militar comumente atribuído a partidos políticos. Assim, esses analistas trabalham só com três possibilidades: 1) a rebelião é espontânea e sem rumo ou direção, por isso é derrotada; 2) é espontânea, mas surge a “necessidade” de que no meio do processo surja uma direção exterior que a conduza à vitória (se esta não se verifica é por crise de direção); 3) a rebelião é espontânea e capturada por um líder populista que supostamente manipula as massas.

Tendo em vista essas possibilidades, sob qual ótica devemos enquadrar, por exemplo, os novíssimos movimentos sociais? De volta às Jornadas de Junho de 2013, se por um lado os levantamentos realizados durante os protestos, apontaram que a maioria dos manifestantes era de trabalhadores – em São Paulo a proporção de assalariados registrados presentes nas passeatas superou o percentual destes trabalhadores na cidade⁷ - é certo que a identidade de classe ou os organismos de classe não foram polos aglutinadores das manifestações. Mesmo assim, não se deve desprezar o recorte de classe em relação ao *Leitmotiv*

7 <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/06/18849-perfil-dos-manifestantes.shtml>; <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>; Deve-se destacar que estes levantamentos foram realizados durante a segunda fase das Jornadas de Junho, quando a reação corporativo-midiática já havia entrado na disputa pela direção do movimento.

das jornadas de junho: as nefastas condições do transporte público. Agrega-se como um complicador deste quadro o fato de o levante ter ocorrido não em uma conjuntura de deterioração absoluta da qualidade de vida, mas depois de um virtuoso ciclo de crescimento da renda dos trabalhadores e, portanto, de uma melhora relativa das condições de vida. Marx escreveu que não é um desenvolvimento das forças produtivas em si que causaria uma revolução, mas aquele que coloca a maior parte da população fora de circulação, torna-a supérflua⁸. Podemos ler isto como a condição de quem está fora dos frutos do desenvolvimento, mesmo participando dele em empregos precários, temporários ou na condição de superpopulação relativa. E ainda que tenha melhorado sua renda. Afinal, é difícil imaginar que operadores de telemarketing enxerguem na sua atividade um ofício para toda a vida. Mas na medida em que só podem trocá-lo por algo igual ou pelo desemprego, não se sentem do lado de fora do “novo desenvolvimentismo”?

Economia e Experiência de Classe

O salário é uma função da taxa de acumulação decidida pelos empresários. Essa taxa determina portanto o nível de desemprego necessário à continuidade da acumulação. Dada uma população, o capital cria o setor “marginalizado” nas várias formas descritas por Marx em seu capítulo “Lei Geral da Acumulação Capitalista”. Ao atingir um determinado patamar, o desemprego pode perder seu caráter desmobilizador e gerar mais insatisfação na classe trabalhadora que reage através da organização política.

Por outro lado se essa organização conquista sucessivos aumentos salariais que inviabilizem o que é percebido pelos empresários como o salário mínimo necessário, ou que o ciclo ascendente se aproxime da crise de superprodução e exija ajustes para retomada do “lucro normal”, estes pedem ao Estado mudanças (i)legais⁹ ou aumento da repressão.

⁸ Karl Marx, *O Capital*, III, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 198.

⁹ Na eventual impossibilidade de alteração de princípios constitucionais, os empresários forçam os tribunais a alargar a interpretação da legislação a seu favor.

No curto prazo a experiência de classe é vivida a partir de avanços e recuos rápidos do nível de renda. Mas no longo prazo isso depende do ciclo econômico ascendente, da nova definição do nível de subsistência da classe trabalhadora, assim como das transformações demográficas (houve imigração, envelhecimento da população etc), das relações de produção (transformação da composição orgânica do capital, implementação de novos métodos de organização dos processos de trabalho etc.) e da forma e grau em que o conflito fundamental entre trabalhadores e empresários está institucionalizado. A experiência não é uma construção imaginária da classe trabalhadora. Como diria Marx em *O Capital*, “fazem, mas não o sabem”. Ou na famosa frase de *O 18 Brumário*: “fazem a sua própria história, mas não como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Marx mostrou que pode haver aumento real e até mesmo melhoria da distribuição de renda a favor dos trabalhadores, mas seu nível de exigência pode ter subido por razões históricas, ou seja: educacionais, espirituais, políticas, etc. Aqui vale uma afirmação que bem poderia ser gramsciana: sentem, mas não o sabem”.

Decerto, é impossível determinar isso a priori. Posteriormente, cabe elencar dados de aumento do nível educacional, mudanças de comportamento, moradia, vestuário, tensões urbanas, concentração populacional, demanda por serviços públicos em novos bairros operários, o padrão de vida relativo entre os países, a migração interna e a imigração e, necessariamente, também o nível de crescimento do produto e a participação relativa dos salários. Mas este pode até se comportar favoravelmente ao trabalho e, ainda assim, causar a revolta social.

A melhoria nas condições da existência material permite saltos qualitativos em relação às frustrações, o que leva às tradicionais organizações e analistas forjados em ciclos anteriores de luta a adotarem três tipos de comportamento: 1) o denunciamento, acusando estes novos movimentos de desestabilizadores e inocentes úteis nas mãos de antigos - ou já fantasmagóricos - inimigos; 2) a adesão oportunista, buscando disputar a condução do movimento e a imposição da “linha correta”; 3) a visão celebratória da irrupção do novo, como se as condições de um novo ciclo de luta surgissem descoladas da história e não

fossem formadas justamente durante no ciclo anterior. Cabe lembrar que fazemos a história, mas não como queremos.

Em geral, são duas as principais dificuldades em se caracterizar as lutas políticas e que necessariamente desembocam na miríade de problemas apontados anteriormente. Em primeiro lugar a dissociação ou a reivindicação de uma autonomia total destas lutas das dinâmicas, estruturas e ciclos de acumulação de capital. Por outro lado, e muitas vezes tributária de um determinismo econômico não histórico, a abordagem idealista em que se aplicam modelos pré-estabelecidos de análise sobre a dinâmica das lutas sociais e cuja autoridade - curiosamente - é legitimada por um sucesso histórico anterior.

O idealismo flerta com o misticismo, restando apenas duas possíveis interpretações sobre o êxito ou o fracasso das mobilizações sociais: o fatalismo, ou seja, “foram derrotados (ou vitoriosos) a princípio, pois não seguiram (ou seguiram) a linha correta”; e a teleológica, ou seja, “foram superadas e/ou esgotadas essas formas de luta por uma forma superior”. Esses dois vieses explicativos, como toda a ideologia, guardam relação com a realidade. Por exemplo, a Liga Spartakus, e Rosa Luxemburgo sabia disso, foi destruída por um erro tático. Assim como frente ao portentoso processo de concentração, centralização e automação do capital da Segunda Revolução Industrial, as antigas associações por ofício não podiam fazer mais nada. O problema encontra-se em tomar o resultado como causa, pressupondo uma invariabilidade dos condicionantes históricos.

Crises e Levantes

Há crises globais que não levaram a autênticas revoltas. Em 1848 mas principalmente em 1917 assistiu-se a um levante mundial, mas não em 1870-73, salvo em Paris no bojo da Guerra Franco - Prussiana e da derrota humilhante de Sedan. Em 1968 de novo um evento de proporções mundiais – dirigido por novos atores sociais - foi concomitante com uma crise econômica cuja face

visível se mostrou em 1973, na crise do petróleo. Ainda assim, como previram os situacionistas, nenhuma crise econômica esteve na sua origem.

A pergunta de todos foi: por que os rebeldes se levantavam depois que a “vida tinha melhorado”? Reapareceram citações de Alexis De Tocqueville acerca de 1848 ou a lembrança do “Maio de 1968” depois dos trinta anos gloriosos pós II Guerra Mundial. Obviamente, pouco se lembrou que os “gloriosos” anos não podiam mais continuar.

A política tem sua própria “infra-estrutura” material: partidos, sindicatos, editoras, fundos públicos etc. Há dados sobre isso quando estudamos um partido oficial, por exemplo. Mas dificilmente quando nos deparamos com muitos movimentos dos quais a ação se desenvolve à revelia das burocracias partidárias e sindicais e pior ainda quando nos debruçamos sobre as classes subalternas, cujas formas de organização são menos estruturadas ou menos visíveis de um ponto de vista da política institucional. Muitas vezes o que nos resta de material historiográfico sobre estes movimentos nada mais são do que relatos necrológicos das facções triunfantes sobre os derrotados, quando não apenas alguns indícios de descontentamento que reverberam nos órgãos oficiais de sindicatos, dos partidos, da burguesia e também do Estado. É preciso lembrar que as direções políticas, apesar de muitas vezes se atribuírem uma suposta clarividência e organicidade com relação aos interesses de classe que elas pretendem representar, atuam sempre a favor ou contra a direção proposta por suas bases.

Mas todas estas organizações estão sujeitas às oscilações do terreno específico da política. Este guarda relação com os ciclos da economia e é por eles condicionado. Isso não quer dizer que a determinação econômica seja direta acerca do que acontece no terreno específico da política, como veremos mais adiante.

Ciclos Liberais e Social - Democratistas

No período situado entre as Guerras mundiais a economia liberal predominou de tal forma que mesmo Keynes (um dos pais da revolução do pensamento econômico dos anos trinta) se considerava um liberal *tout court*. Os social-democratas quando participaram de governos na Alemanha ou na Inglaterra nos anos 1920, não tinham uma alternativa econômica real, exceto o modelo soviético que exigia uma ditadura do proletariado que repugnava a socialistas tão acostumados à legalidade burguesa.

A partir dos anos 1930 as democracias ocidentais adotaram políticas intervencionistas de matriz keynesiana para recuperar a acumulação e o nível de emprego. Se para Keynes, quando a eficiência marginal do capital é superior ao preço da oferta agregada ele tende a empregar mais, cabe ao Estado induzir investimentos e promover o ponto de intersecção entre a curva do produto esperado pelos capitalistas e a do preço da oferta agregada produzida pelo emprego do maior número possível de trabalhadores (pleno emprego).

Nos trinta anos gloriosos o terreno da política deslocou-se para a esquerda e até 1973 mesmo o mais ultraliberal dos políticos não conseguiria apoio eleitoral para destruir o Welfare State. Vale lembrar que, apesar de ser implementado pelo Partido Trabalhista britânico, o documento que mais se aproximou de um projeto de Welfare State completo e universal foi elaborado pelo Barão de Beveridge do Partido Liberal.

Uma inversão aconteceu nos anos 1970-80: Pinochet chamou os *Chicago boys* para seu experimento neoliberal no Chile depois do golpe de 1973; e Thatcher tentou a partir de 1979 a destruição dos sindicatos e do serviço público inglês.

O mais significativo, porém, é que os socialistas, ao vencerem eleições na França e na Espanha (e, depois, isto se espalhou pelo mundo nos anos 1990), renderam-se à ortodoxia liberal, quando não “se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais”¹⁰. É que o terreno da política deslocou-se à direita e os liberais impuseram aos esquerdistas os seus valores¹¹.

¹⁰ Perry Anderson, “Balanço do Neoliberalismo”, In Emir Sader & Pablo Gentili (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

¹¹ Ou apenas fizeram os socialistas lembrarem que “O conformismo, que sempre esteve em seu elemento na socialdemocracia, não condiciona apenas suas táticas políticas, mas também suas ideias econômicas. É uma das causas do seu colapso posterior. Nada foi mais corruptor para a classe operária alemã que a opinião de que ela nadava com a corrente. O desenvolvimento técnico era visto como o declive da corrente, na qual ela supunha estar

Em fins do século XX o neoliberalismo na América Latina esgotou-se como política, embora seus fundamentos não tivessem sido desfeitos, como as grandes privatizações que alteraram a composição patrimonial do capitalismo local. Mas políticas sociais que reduziram a miséria e o aumento do salário mínimo (no Brasil) inclinaram a política da América do Sul para o campo de centro esquerda.

A moderada esquerda nacional popular da região foi ao poder surpreendida por um ciclo de crescimento das exportações de commodities (agrícolas, energéticas e metálicas) especialmente para a China¹².

Aqui é preciso lembrar que as mudanças sociais não são apenas fruto automático dos ciclos econômicos. O capital tem limites internos e externos. Na América Latina os ciclos das commodities permitiram surtos desenvolvimentistas e redistributivos somente quando havia um histórico de organização e lutas anteriores dos trabalhadores. Alguns países passaram por um ciclo ascendente nos anos 1950 sem nenhuma melhoria social visível, como talvez a maior parte da América Central.

O PT foi forjado em um ciclo de lutas correspondente a determinada estrutura de acumulação. Erguido de baixo para cima a partir de núcleos de base, posteriormente suas tendências organizadas se apropriaram de um histórico anterior de lutas populares (das mulheres, negros, gays, lésbicas, organizações de bairro, comissões de fábrica, comunidades eclesiais de base etc). Baseado principalmente na classe trabalhadora industrial, setor da economia que durante os anos 1980 e 1990 sofreu um forte processo de estagnação e retração, o partido governou o país em meio a um ciclo de expansão das commodities que possibilitou a adoção do tripé distributivista (programas de transferência de renda, ampliação do crédito para o consumo e elevação do salário mínimo) e cujo principal efeito dinamizador foi a expansão do setor de serviços¹³.

nadando”. Walter Benjamin, “Sobre o conceito de História”, *Magia e técnica, arte e política*, Brasiliense, 1994, pg. 227.

12 Para uma breve descrição deste ciclo, ver <https://www.itaubba-pt/analises-economicas/publicacoes/macro-visao/declinio-secular-das-commodities-de-volta-a-tendencia>

13 Sobre a estagnação e retração do setor industrial, assim como o crescimento do setor de serviços entre 1980 e os anos 2000, ver DIEESE, “Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil”, *Nota Técnica*, N° 100, Junho de 2011 (http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3052393E013055A36C450E9D/dieese_nt100.pdf), DECOMTEC/FIESP, “A participação da Indústria de Transformação no

Como resultado, tivemos um processo de descentralização econômica pela dinamização da economia de regiões historicamente estagnadas (como o Nordeste e os municípios pequenos e médios), melhoria da remuneração e maior formalização do mercado de trabalho¹⁴. É possível resumir este movimento à sentença “inclusão pelo consumo”? Outrossim, ele necessariamente produz a despolitização e fomenta a onda conservadora? Ou ele produziu uma transformação das expectativas que não podem ser representadas pelas organizações políticas forjadas em ciclos anteriores (como o Novo Sindicalismo e o PT) e que tampouco podem ser satisfeitas apoiando-se na mesma norma de desenvolvimento estabelecidas pelo chamado neoliberalismo da qual os governos Lula e Dilma nem mesmo ensaiaram se desvencilhar¹⁵?

Novamente insinuou-se em nosso horizonte a opção por maior liberalização como forma de salvaguardar o “lucro normal”.

Crise financeira

A partir dos anos 1980 houve um rearranjo da economia mundial. Enquanto o PIB mundial cresceu 4,1 vezes entre 1980 e 2010, a riqueza financeira mundial cresceu, no mesmo período, 13,9 vezes. A autonomização externa dos capitais comercial e bancário faz com que se movimentem além dos limites impostos pela reprodução do capital industrial, violando a dependência interna que guardam em relação a este, por isso a conexão interna é restabelecida mediante uma crise comercial e bancária (ou financeira), formas de aparência das crises da economia real.

PIB: Novas Séries, Piores Resultados”, Maio de 2015 (http://apps.fiesp.net/fiesp/newsletter/2015/decomtec/boletins/20150505/versao-final-2015_mar-revisado.pdf) e IPEA, “Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras”, *Comunicado do IPEA*, Nº 104, Agosto de 2011 (http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3374524E013389E20D294A08/IPEA_110804_comunicadoipea104.pdf)

14 DIEESE, pp. 95-97

15 Para uma defesa da política econômica encabeçada por Guido Mantega como ensaio desenvolvimentista, ver Fernando Rugitsky, “Do Ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura Kaleckiana”, Carta Maior, 08/05/2014 (<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEconomia%2FDo-Ensaio-Desenvolvimentista-a-austeridade-uma-leitura-Kaleckiana%2F7%2F33448>)

No limiar do século XXI o mundo assistiu a um desarranjo do sistema mundial de poder e à abertura de espaço para políticas redistributivas na América Latina por governos reformistas. A demanda chinesa e o preço crescente de algumas commodities sustentaram melhorias sociais por um certo período.

A esquerda reformista buscou medidas corretivas contra a “financeirização”. Na Europa, enquanto se iniciava a fracassada luta pela taxa Tobin sobre fluxos de capital, os desempregados encerravam três anos de revolta (1998).

Por outro lado, a rebeldia a partir do universo da produção material parecia improvável. E eis que a nova insurgências se baseou em ajuntamentos urbanos sufocantes, numa classe trabalhadora multifacetada que não visou o poder político, mas o direito de decidir “aqui e agora” a resolução de seus problemas concretos.

As novas revoltas buscaram mesmo sem um plano prévio, desfazer os nós das redes de dominação imperialista. Ou seja, atacando nos lugares. O poder de estímulo à “imitação” faz com que somente a posteriori essas revoltas tenham um desenho de seu conjunto. Este, por sua vez, é construído como obra coletiva. O que parece fragmentário e desorganizado é muitas vezes dotado de direção consciente e constitui uma nuvem de ações coordenadas.

A crise de 2008 nos EUA tinha sua base no mercado imobiliário e teve como resultado a mobilização do governo e da mídia para salvar os bancos e deixar as pessoas sem suas casas. Movimentos como Occupy Wall Street retomaram a Revolta Urbana de Seattle.

Nas revoluções houve uma surpreendente organização autônoma dos trabalhadores que nem sempre teve a merecida acolhida nos estudos históricos e nas memórias, posto que estas são dominadas pela ótica dos partidos ou da chamada “grande política”.

Organizações de base cuja ação foi determinada por fatores estruturais como os problemas locais e a base social, mas também por sua atitude na conjuntura política são tão cruciais para o historiador quanto a análise que esteve polarizada entre a grande política, por um lado, e o cotidiano supostamente despolitizado, por outro.

Através do estudo da ação local, descobrem-se relações entre a consciência política dos militantes e algumas conjunturas macropolíticas. Observa-se muitas vezes que a consciência de classe se desenvolveu rapidamente não por uma lenta educação ideológica anterior, mas aos saltos. Mas não se pode perceber isso sem uma adequada narrativa do processo geral e sem atenção às estruturas institucionais e econômicas. Assim como a mera narrativa geral não consegue dar conta dos limites dos processos revolucionários¹⁶ que se expressam em costumes que resistem mais mesmo depois de uma transformação revolucionária da política e são mais visíveis nas relações “micropolíticas”.

Metodologia

Mas afinal de contas qual o ponto de articulação entre a crise e a rebelião social?

Em primeiro lugar é preciso delimitar o objeto. O grupo social a ser estudado é subalterno? Sendo assim, ele é uma classe com alto teor histórico de ativismo e organização? Ou é uma classe à “margem da história”, como diria Gramsci. A este respeito recomenda-se uma leitura detida do caderno 25 do Cárcere. Além disso, mesmo que a investigação se debruce sobre um grupo subalterno específico, é impossível compreender a ação deste desconhecendo que seu acionar só existe em função de sua interação contínua com as frações dos grupos dominantes. São essas interações que regulam as regras e modalidades do protesto social, fazendo com que uma simples greve possa ser tanto um ato banal do espetáculo da política sindical domesticada como um ato de violência e insurreição contra o Estado; que o protesto da juventude contra a derrubada de algumas árvores em um parque transforme-se em uma onda de violentos protestos.

Porém, a forma como ocorrem essas interações são condicionadas por uma série de fatores. Lenin não foi obviamente um produto da luta em Chiapas e tampouco teria o que fazer por lá. O historiador deve determinar também uma

¹⁶ Vide Jean Paul Sartre, *Questão de Método*, São Paulo, Abril Cultural; e Emilia Viotti da Costa, *A Dialética Invertida*, São Paulo, Editora da Unesp.

localidade ou região que principalmente a partir de 1870, e cada vez mais, se encontra em interação hierárquica com a totalidade de um Estado Nacional ou mesmo do mercado mundial. Esta tem uma história particular articulada de maneira hierárquica com outras totalidades, mas o momento escolhido (a crise) é o do ponto de contato que permite melhor integrá-la no interior da narrativa histórica do longo ciclo.

Uma das maneiras de fazê-lo é verificar as relações comerciais (ou a falta delas!) com o capital internacional e que impacto essas relações tiveram na dinamização da economia da região, palco principal dos conflitos desvelados e agudizados pela crise.

Por exemplo: a Primeira Guerra Mundial suscitou mudanças na incipiente industrialização do Brasil, embora haja uma controvérsia na história econômica a respeito disso¹⁷. Se há controvérsia acerca do impacto econômico na indústria após o choque externo provocado pela Guerra Mundial – se dinamizou ou dificultou seu desempenho -, pode-se afirmar com certeza que o movimento operário brasileiro emergiu como uma força social de primeira importância neste período em decorrência de suas lutas travadas entre 1917 e 1921.

Entretanto, não é possível compreender o ciclo de lutas ao fim da Primeira Guerra Mundial no Brasil como uma experiência desvinculada de um contexto maior. Não se trata de um fato isolado, de uma aventura sem precedentes, tampouco de um acontecimento paralelo a outros semelhantes, mas independente deles. Foi apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo.

O Levante Mundial Anticapitalista de 1917-1921 cujo capítulo mais espetacular se deu na Rússia em 1917 se explica em grande medida em função da Guerra. Mas a própria Guerra Europeia respondeu a imperativos econômicos que se processaram antes (imperialismo, formação de blocos políticos, disputa neocolonial etc).

Visto posteriormente na longa duração, o Levante Mundial Anticapitalista foi assinalado por uma mudança da hegemonia econômica da Grã Bretanha para os

¹⁷ Para um balanço sobre os temas clássicos relativos ao tema, ver Flávio A.M. Saes, “A Controvérsia sobre a industrialização na Primeira República”, *Estudos Avançados*, vol. 3., Nº 7, São Paulo, Setembro/Dezembro de 1989, pp. 20-39.

EUA, pela II Revolução Industrial, pela decadência do liberalismo e do padrão ouro, por alterações nos processos de administração da força de trabalho e, fundamentalmente, por um rearranjo global dos mercados em função da acumulação de capital mediante a realização da mais valia em “áreas exteriores” (segundo a acepção de Rosa Luxemburg).

Assim, a disputa por matérias primas e energia derivada da II Revolução Industrial (motor a explosão, eletricidade, química fina etc) situou o valor dos produtos primários como principal responsável pela queda da taxa de lucro média, exigindo assim maior taxa de exploração da força de trabalho e uma espoliação colonial sem precedentes.

Esses processos combinados de distintas maneiras, integraram no levante mundial tanto povos da África e Ásia em sua resistência anticolonial, como os trabalhadores das economias agroexportadoras latino-americanas antes mesmo da Guerra. Não se deve, porém, entender os processos políticos segundo uma simples relação de causa e efeito com a guerra e a crise econômica que a acompanha.

A própria Revolução Mexicana de 1910 não se explica pela Guerra, porém guarda um “ar de familiaridade” com as revoltas que ocorreram durante a Guerra e, certamente, aqueles processos citados anteriormente podem explicar muito do insucesso relativo de sua vertente popular no estabelecimento de um plano econômico alternativo à centralização estatal sob hegemonia de uma burguesia ameaçada pelos de baixo.

Além disso, há distintas regiões que se articulam mais ou menos com os capitais estadunidenses; a depender da área há a maior ou menor sobrevivência de povoados indígenas autônomos que garantem a reposição da força de trabalho durante períodos de entressafra, diminuindo, assim, os custos do capital variável. Enfim, há revoluções mexicanas no plural tanto quanto há revoltas diversificadas que, uma vez domadas pelos bolcheviques, foram a posteriori unificadas pela historiografia como “A Revolução de outubro”.

Uma primeira abordagem para o estudo da relação entre os ciclos econômicos e a rebelião social deve, portanto, iniciar-se por um recorte espacial e temporal. A

aldeia, um bairro, uma fábrica, uma cidade ou mesmo um país, todos são espaços que possuem uma determinada coerência estrutural.

Decerto, o historiador pode imaginar que os ciclos de mais valia explicam o maior ou menor ativismo operário. No entanto, os dados de que dispõe são os da “contabilidade prática” dos capitalistas. Não há nos documentos estatísticas segundo as categorias marxistas. Mas foi por meio de uma meticulosa observação da contabilidade capitalista que o marxismo extraiu suas categorias analíticas¹⁸.

É necessário usar a contagem de greves, de protestos populares pesquisados nos jornais, níveis dos salários, taxas de sindicalização, número de membros de partidos de esquerda e sindicalizados, motivações das greves, caráter ofensivo ou defensivo das mesmas por tipo de reivindicação, por área da economia, setor público ou privado, etc.

Isso tudo ajuda a evitar a imagem espetacular que os meios de comunicação projetam nos protestos. Por exemplo: Maio de 1968 foi uma revolta estudantil. No Brasil, onde a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro ou a “batalha da Maria Antônia” entre alunos da USP e do Mackenzie ilustram com fotografias os livros de história, houve concomitantemente uma retomada dos movimentos grevistas (Osasco, Contagem).

A pessoa que estuda tais processos o faz sob as constrições da academia e também de suas opções políticas. Por isso ela deve ter em mente que pode reproduzir em sua pesquisa a condição hierárquica de seu posto social de observação. Foi assim que Hannah Arendt condenou a violência dos Panteras Negras enquanto aceitava o movimento estudantil branco. Não se tratava de condição inescapável para um intelectual estabelecido já que Jean Paul Sartre apoiou tanto os estudantes maoístas quanto os insurrectos de Argel.

Na França, antes do maio estudantil, haviam acontecido muitas greves selvagens às vezes acompanhadas de formas de “festa permanente”. Os operários não tinham somente imitado a Sorbonne ocupada¹⁹.

18 Para uma aplicação empírica, vide: F. Sarti Ferreira. Triênio Trágico: flutuações econômicas e conflito social em Buenos Aires, 1919-1921, USP, 2014.

19 Anselm Jappe, Guy Debord, Petrópolis, 1999, p. 132.

É por isso que qualquer revolta daquele período pode ser uma porta de entrada para abordá-lo como totalidade. Uma pesquisa desse tipo deve combinar as mudanças de forma das organizações políticas com as novas atitudes e sujeitos da revolta. Sem o recurso à ideia de um levante mundial inserido numa crise do capital que vai além de aspectos econômicos de curto prazo, não se explicaria uma insurgência localizada (como a dos gays contra a polícia de Nova Iorque em 28 de junho de 1969 no bar Stonewall) embora não se possa estabelecer uma simples relação de causa e efeito, mas sim de “oferta de condições de revolta” que pode ou não ser aproveitada.

Vê-se que nenhuma análise estrutural substitui a narrativa das particularidades concretas que são onde as pessoas reais de carne e osso sofrem as vicissitudes da economia, se auto-educam politicamente e se organizam.

Nem sempre os dados de um país ou região servem para series históricas, mas o historiador conhece parcialmente a conjuntura mundial e levando-a em consideração reconstitui a ação de mulheres e homens no tempo e no espaço, o que é afinal de contas o seu objetivo.

Às vezes, sob a ideia de se fazer uma história do lado vencido em contraposição a uma história “oficial” feita sob a ótica de organizações tradicionais da esquerda (algo que aqui já criticamos) pode-se cair no erro oposto.

Em primeiro lugar porque nenhuma história feita por velhos militantes sindicalistas, comunistas ou socialistas pode ser desprezada. Eles dedicaram suas vidas a um esforço teórico ao lado da militância, tiveram acesso direto a muitas fontes e depoimentos e vivenciaram muito daquilo que descreveram. É certo que muitas vezes reduziram a experiência da classe à da militância masculina “organizada”, mas não se pode negar que esta também é parte da história dos trabalhadores e em muitos casos decisiva (para o bem ou para o “mal”).

Em segundo lugar porque sob a justificativa de estender a experiência da classe substitui-se a cúpula do partido (que falaria em nome dos trabalhadores) pela dos pesquisadores universitários. Por que a classe precisaria ter voz numa tese universitária?

A resposta não é fácil. Ela deve ter voz própria em todas as esferas da produção de sua história, embora reconheçamos que isso não é possível hoje. Assim, ela é representada. O esforço da história é se aproximar ao máximo do seu interesse e este está numa abordagem totalizante. Essa totalização não se faz nem pela unidade imposta do exterior pela ótica de organizações políticas e nem pela fragmentação da experiência social que atende à especialização acadêmica.

A classe trabalhadora deve ser colocada no plural, sua experiência deve incorporar suas escolhas nem sempre visivelmente “politizadas” e sua experiência situar-se além do espaço de dominação fabril. Mas as várias formas de sujeição não apagam a “econômica”. Somam-se a ela.

Podemos entendê-la como a dominação sobre quem é impedido de produzir livremente o seu mundo material e espiritual. Por isso, apesar da aparência contrária, a experiência de classe explica as formas organizativas que vingam e persistem num período histórico.

Os ciclos econômicos explicam a semelhança de muitas revoltas em meio à diversidade de motivações específicas; e o quadro geral da época capitalista impõe os limites, mas também a crença em pessoas comuns de que elas podem revolucionar suas vidas.